

Desmonte: os Estados contra-atacam.

O jogo de braço entre o governo federal e Estados e municípios em torno da rolagem da dívida externa entrou esta semana em uma etapa decisiva. Brasília prepara-se para responder às pressões dos governadores contra o pagamento daquelas dívidas — conforme estabelece o Orçamento Geral da União para 1989 — com um forte argumento dirigido aos Estados mais pobres: se a rolagem prosseguir, não sobrarão recursos para serem aplicados em regiões menos desenvolvidas. Os Estados endividados, por sua vez, vão contra-atacar com dois projetos no Congresso, ambos propondo a manutenção da rolagem, que era permitida até 1987.

Toda a questão começou no final de setembro, quando o governo mandou para o Congresso o Orçamento Geral da União (OGU). O texto determina, entre outras coisas, o pagamento no próximo ano de 25% da dívida externa, a vencer em 89, assim como 25% do “estoque” (total da dívida). Essa cobrança faz parte da Operação Desmonte, embutida no orçamento e pela qual o governo transfere vários encargos federais aos Estados e municípios, agora beneficiados com uma maior arrecadação de

impostos pela nova Constituição.

“Já é hora de começar a fechar esse buraco”, disse ontem em Brasília o secretário do Tesouro Nacional, Luís Antonio Gonçalves. O secretário explicou que, na medida em que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) assume as dívidas dos Estados mais fortes, que puderam tomar empréstimos externos, toda a União passa a pagar pelas obras financiadas com esses empréstimos, localizadas nas maiores cidades do País. Seria uma espécie de transferência de recursos dos mais pobres para os mais ricos, afirma Luís Antonio.

As contas da STN apontam para um “estoque” de pouco mais de US\$ 10 bilhões no final de 88, em dívidas externas de Estados, municípios e suas empresas, transformadas em dívida com o Tesouro. A proposta de orçamento de 89 prevê como receita o pagamento dos 25% desse total — US\$ 2,514 bilhões, ou Cz\$ 447,5 bilhões, ao dólar de junho, usado na preparação do orçamento. Além disso, os governadores e prefeitos pagariam também, como já vêm fazendo em 88, 25% das dívidas que vencerão em 89, o que resultaria no desembolso de mais US\$ 579 milhões, ou Cz\$ 103,1 bilhões, ao mesmo câmbio. O desembolso total, incluindo 25% do “estoque” e 25% do serviço da dívida de 89, atingiria portanto os US\$ 3,093 bilhões, ou Cz\$ 550,5 bilhões, sempre em números da Secretaria do

Tesouro Nacional.

Contra-ataque

Ainda ontem, reunidos em Brasília, secretários da Fazenda e representantes de 12 Estados pediram ao presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), urgência na apresentação de um projeto de resolução que exclua dos limites de endividamento estaduais o “estoque” da dívida externa, que até 1987 era totalmente rolando. A resolução está em estudo na Consultoria Jurídica do Senado e deve ser apresentada ao Plenário pela Mesa.

Em outra frente de luta, na Câmara dos Deputados, os Estados querem que seja aprovado o projeto de lei do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), que estabelece um período de 12 anos — sete mais cinco de carência — para a dívida externa estadual com correção monetária e 8% de juros ao ano. Atualmente, a dívida é indexada ao dólar. O projeto de lei e o de resolução se complementam na medida em que fixam os critérios para o pagamento da dívida e excluem dos limites de endividamento a rolagem dos débitos.

Caso seja mantida a proposta do governo na Comissão Mista de Orçamento, São Paulo teria que desembolsar em 1989 US\$ 1,8 bilhão, incluindo as dívidas externas com e sem o aval da União. Se a reivindicação dos Estados for

aprovada pelo Congresso, o pagamento será de US\$ 300 milhões. O problema dos governadores agora será mobilizar os parlamentares para atingir o quórum necessário, na Câmara dos Deputados e no Senado, antes do fim do ano.

Também há governadores de Estados pobres, como Fernando Collor de Mello, de Alagoas, contra as exigências do governo. Ao ser recebido ontem pelo presidente em exercício, Ulysses Guimarães, ele reclamou que os Estados vivem hoje uma situação de insolvência gerada principalmente pelas dívidas internas e externas e pela Operação Desmonte.

Mas a Operação Desmonte encontra dificuldades no interior do próprio governo federal: o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, teve que escalar ontem seu secretário de Orçamento e Finanças (SOF), José Ribas Neto, para dar um plantão diário, a partir das 15 horas de amanhã, na Comissão Mista de Orçamento do Congresso. O ministro atendeu assim aos apelos do presidente da comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), que não está conseguindo contornar os **lobbies** montados por setores do Executivo prejudicados pela Operação Desmonte embutida no Orçamento Geral da União para 89.